

Municípios são instituições que melhor funcionam

Reunião ANMP congratula-se com a avaliação dada aos municípios, só atrás das forças militares e das forças de segurança



Reunião do Conselho Diretivo decorreu ontem na sede da ANMP, em Coimbra

A presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) congratulou-se ontem com o resultado do relatório das Políticas Públicas – Inquérito sobre a Justiça, que revela que as câmaras municipais são as instituições políticas que melhor funcionam em Portugal.

«Queríamos sublinhar que foi hoje [ontem] tornado público o relatório sobre políticas públicas e o inquérito que foi feito à população sobre justiça, que revela que das várias entidades que foram avaliadas pelos portugueses, a Associação Nacional de Municípios é das mais

bem classificadas», evidenciou Luísa Salgueiro.

No final de uma reunião do Conselho Diretivo da ANMP, a autarca do PS aludiu aos resultados de um inquérito feito pelo Instituto de Políticas Públicas e Sociais (IPPS) do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, ontem tornado público, integrado no relatório “O Estado da Nação e as Políticas Públicas 2024”, totalmente vocacionado para o sistema de Justiça.

«A Associação de Municípios consta em terceiro lugar, depois das forças militares e das forças de segurança e, ao contrário do Governo, do Parlamento, da ad-

ministração pública, aparecemos avaliados positivamente, o que é um estímulo para o nosso trabalho. Significa que a população reconhece o trabalho que os municípios fazem», apontou.

Segundo a ANMP, «o poder local democrático, uma das grandes conquistas do 25 de Abril, tem mantido, em vários estudos e de forma consistente, uma avaliação positiva dos portugueses».

«Os municípios, pela sua natureza de grande participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, são cada vez mais um pilar da nossa De-

mocracia», acrescentou.

No seu entender, esta nota positiva que os cidadãos residentes em Portugal atribuem aos municípios é «um estímulo muito importante para a continuação do trabalho de proximidade prestado às populações todos os dias».

É ainda um incentivo para «a reivindicação do aprofundamento da descentralização de competências para os municípios e freguesias e para o contínuo aperfeiçoamento da qualidade dos serviços públicos municipais», concluiu.

Na mesma reunião, Luísa Salgueiro acusou o Ministério do Ambiente de não ter cumprido o que foi acordado em matéria relacionada com os concursos de concessão de energia em baixa tensão.

«Merece a nossa censura a proposta que aqui recebemos. E surpresa. É um mau princípio no relacionamento entre a Associação Nacional de Municípios e o Ministério do Ambiente, que combina uma coisa num dia e faz o contrário dois dias depois», criticou.

A proposta de resolução do Conselho de Ministros sobre os concursos da concessão de energia em baixa tensão, apreciada ontem na reunião, deixa a ANMP fora da comissão de coordenação de todo o processo.◀